



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 08 de Janeiro de 2020

## Weintraub critica educação, mas se equivoca em dados

*Ao lado de Bolsonaro, ministro retoma discurso sobre “kit gay”*

Por Matheus Schuch, Rafael Bitencourt e Hugo Passarelli — De Brasília e de São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem que vai tirar o Brasil do “fundo do poço” e da última colocação da América do Sul na próxima edição do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês).

Embora o desempenho brasileiro esteja longe da elite educacional, a afirmação de Weintraub é equivocada. O Pisa avalia os conhecimentos em leitura, matemática e ciências. Em 2018, a posição do Brasil em cada disciplina foi, no máximo, igual - mas não pior - à dos países sul-americanos com pior posição, como Argentina.

“O fundo do poço foi em 2018. O senhor vai marcar já a reversão disso. Não dá para colocar [o Brasil] em primeiro lugar da América do Sul ainda, porque a gente está em último, mas a gente já vai sair do fundo do poço”, disse Weintraub em vídeo transmitido ao vivo pelo Facebook ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

Ambos cometeram equívocos ao fazer os comentários sobre o Pisa. Bolsonaro afirmou que, em 2021, o

Brasil teria uma nova edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), prova aplicada anualmente aos brasileiros.

Weintraub corrigiu o presidente, afirmando que o próximo Pisa seria aplicado em 2022 - na realidade, a prova internacional será realizada novamente em 2021 e, em 2022, ocorrerá a divulgação dos resultados.

Bolsonaro ainda afirmou que, desde que o Pisa é aplicado, em 2000, o Brasil vem caindo, outra incorreção. Até 2009, o país vinha mostrando evolução no exame, fato que chegou a ser destacado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável pela elaboração do Pisa.

Ao comentar o programa Conta Pra Mim, lançado no ano passado pelo Ministério da Educação (MEC) e que pretende estimular a leitura de pais para filhos, Weintraub disse que “sai o kit gay e entram a leitura e a família”, retomando o termo cunhado por conservadores e já considerado inverídico pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em outubro do ano passado, o TSE mandou tirar do ar vídeos de Bolsonaro com o termo “kit gay”, afirmando que é “sabidamente inverídico” que o governo petista tenha criado um “kit gay” para “ensinar sexo” às crianças.

No vídeo de ontem, Bolsonaro manteve o posicionamento de campanha, elogiando o fato de não ter visto no MEC a discussão sobre “ideologia gênero”, outra expressão de origem conservadoras para atacar os debates sobre gênero e educação sexual.

“Uma parte do eleitorado simpatizou comigo na campanha tendo em vista a educação. Eu não vi discussão sobre ideologia, isso no meu entender não deve ser discutido lá [no MEC]”, afirmou o presidente, acrescentando que “o pai quer que o filho seja homem e a filha seja mulher.”

Segundo Bolsonaro, dada a “enormidade do MEC”, é possível que, nas mãos dos que têm compromisso com o poder, ocorra um “estrago” ao país. “Começa lá na base, aquela pessoa ser preparada para ser um militante, para ajudar aquelas pessoas a continuarem no poder usando as armas da democracia”, disse.

Foi da gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, primeiro ministro da Educação de Bolsonaro, que partiu iniciativa como a descrita pelo presidente. Vélez enviou carta às escolas pedindo que os alunos cantassem o hino nacional e, em seguida, fosse lida uma mensagem que acabava com o slogan de campanha (“Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”).

## Pacto federativo é mais do que descentralizar recursos

*IDILVAN ALENCAR E ROGÉRIO DA VEIGA*

No dia 21 de dezembro, o colunista Marcos Mendes publicou nesta Folha o artigo “Descentralização na educação”, no qual defende repassar o salário-educação diretamente aos estados e municípios, em vez de ir para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), tal como proposto na PEC do novo “pacto federativo”.

Reconhecemos a necessidade de uma revisão do pacto federativo para reduzir a concentração de recursos na União, sendo que uma parte dos recursos do FNDE, principalmente os destinados às obras, poderia ser transferida diretamente a estados e municípios.

Isso não significa que programas nacionais geridos pelo FNDE devam acabar e o órgão deva ser extinto, como se depreende do artigo de Mendes. O FNDE é formado por servidores de grande competência técnica, comprometidos com a educação do país. Extingui-lo é desperdiçar o dinheiro público investido por décadas na formação de capacidade

institucional e geração de conhecimento sobre implementação de políticas públicas na educação.

O autor cita programas da FNDE que poderiam ser extintos: merenda escolar, transporte escolar e livro didático. São programas que surgiram porque crianças não iam à escola por falta de transporte e comida e, quando iam, não tinham material didático de qualidade disponível. Os projetos praticamente resolveram o problema. Podem ser aprimorados, mas acabar com eles coloca em risco milhões de estudantes.

O programa de merenda escolar contribui para a frequência escolar e para a redução da desnutrição infantil. São mais de 40 milhões de alunos atendidos diariamente. Para chegar a esse resultado, foram décadas de construção e compartilhamento de conhecimentos, criação de capacidade institucional, definições de parâmetros de qualidade e promoção de desenvolvimento local, como o estímulo a compras da agricultura familiar.

O programa do livro didático

existe há décadas. É um processo complexo, que envolve avaliação e seleção de livros, escolha pelas redes, compra e distribuição. A sua execução centralizada permite enormes ganhos de escala; o processo de seleção e avaliação garante um padrão de qualidade; e os entes têm autonomia para decidir qual livro adotar.

Nada disso se transfere com a mesma rapidez que o dinheiro. A sua extinção provocaria aumento nos custos e mais problemas de distribuição e qualidade, além de maior risco de corrupção.

Pacto federativo não se resume à alocação de recursos. Envolve também o compartilhamento de responsabilidades e cooperação entre os entes federados. Na educação, o pacto federativo passa pela criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE) que estabeleça atribuições de cada ente federado, regras para cooperação, padrões de qualidade, parâmetros de avaliação e formas de financiamento.

É fundamental analisar as políticas educacionais a partir de um enfoque sistêmico, sob o risco de cair em





discursos simplistas, cuja consequência são retrocessos em políticas públicas construídas por décadas.

**Idilvan Alencar**

Deputado federal (PDT-CE), é mestre em gestão e avaliação da educação pública pela UFJF; foi presidente do FNDE (2015) e secretário de Educação do Ceará (2016)

**Rogério da Veiga**

Especialista em políticas públicas e gestão governamental, é mestre em política científica e tecnológica pela Unicamp

**Vaquinha** Com um financiamento coletivo, a UFMG está tentando levantar R\$ 29 mil para reformar o jardim do hospital Borges da Costa, ligado à escola. A ideia é criar um labirinto sensorial em torno de uma mangueira para estimular crianças com autismo ou transtornos de atenção. O mobiliário será adaptado para ter sessões de musicoterapia para idosos.

## Preço de material escolar deve subir 8%; compra coletiva é saída para economizar

Renata Okumura

Alta em itens como cadernos e mochilas deve ficar acima da inflação, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares. Em São Paulo, preço do mesmo produto pode variar até 333%.

Educação. Em São Paulo, valor dos produtos chega a variar 333%, de acordo com o Procon, que recomenda pesquisa prévia antes de ir às compras. Pais tentam driblar gasto elevado com trocas de produtos e já organizam idas em grupo às papelarias para obter desconto

O ano letivo ainda nem começou, mas o gasto com a educação dos filhos já causa dor de cabeça entre os pais. Na busca pelo caderno ou mochila mais em conta, as famílias recorrem a negociações coletivas, compra ou troca de itens usados e grupos nas redes sociais. A Associação Brasileira dos Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (Abfia) estima alta de 8% nas papelarias – acima da inflação oficial, que deve ficar em cerca de 4%. Mas uma pesquisa bem feita pode trazer alívio ao bolso: na cidade de São Paulo, o valor dos produtos chega a variar 333%, segundo o Procon paulista.



A engenheira Thaís Aparecida Costa, de 37 anos, mãe da Sarah, de 3, está em um grupo de mães de alunos da escola da filha no WhatsApp. “Compartilhamos orçamentos para verificar onde é mais vantajoso comprar. Uma papelaria propôs que, se fecharmos a compra de mais de cinco mães, temos 13% de desconto na parte de papelaria e material de uso coletivo, como giz de cera, tinta e cola.”

A pesquisa do Procon de São Paulo analisou os preços de 126 produtos entre os dias 9 e 11 de dezembro em oito estabelecimentos de todas as regiões da capital. Para o estojo de giz com 12 cores, por exemplo, a variação de preço chegou a 266% – de R\$ 1,50 a R\$ 5,50. A maior variação foi na borracha látex branca – de R\$ 0,60 a R\$ 2,60, uma diferença de 333%. Em números absolutos, a maior variação foi na

caneta hidrográfica Pilot 850L Júnior 12 cores. Em uma loja, estava por R\$ 59,90 e em outra, por R\$ 24,50.

Ao menos no grupo de Thaís, a compra coletiva deve funcionar. “Já há 11 mães interessadas”, diz ela, que calcula gasto de R\$ 350, mesmo com o desconto. E a escola ficou responsável por negociar preços de livros didáticos com as editoras.

A administradora Ana Cláudia Rocha, de 39 anos, mãe de Daniel, de 9, opta pela antecedência. “Pesa muito no início do ano, mas não tem para onde correr. Costumo fazer pesquisa de preços para ver se a diferença é muito grande entre as lojas”, disse ela, que já foi às compras ontem e vê nos livros de Inglês e Espanhol os principais vilões do orçamento.

Assim como Thaís, Ana participa





de um grupo no WhatsApp. “Encontramos uma livraria que ofereceu ótimo desconto. Gastaria R\$ 1 mil. Na livraria, conseguimos desconto de R\$ 300. Com esse valor estou comprando o material restante.”

Apesar do susto com as cifras, pelos cálculos da Abfia e a alta de preços ficou menor. Entre 2018 e o ano passado, o aumento observado pela entidade foi de 10%. Já segundo o Procon, a diferença de 2019 para este ano ficou perto da inflação.

A compra coletiva é uma das recomendações do Procon, além de observar as opções de pagamento. A Abfia recomenda a pesquisa em vários estabelecimentos e a compra de produtos certificados pelo

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Conforme a Lei 12.886, de 2013, válida em todo o País, os colégios não podem exigir a compra de qualquer item escolar de uso coletivo, como materiais de escritório, higiene ou limpeza. Também não podem cobrar a compra de produtos de marcas específicas.

Tentação. Nesta época, lidar com as vontades dos filhos – atraídos por cadernos e mochilas coloridos e de personagens infantis – é outro desafio para os pais. Nesse caso, o melhor é conversar com os pequenos e evitar compras desnecessárias.

“Gosto de cadernos de caveiras, carros e games”, disse Basile, de 10

anos, que acompanha a mãe Hércia Chatzoglou nas compras de material escolar. “Sempre vim com ele e negociamos. Se ele vê algo caro, a gente negocia e vê o que dá para levar”, diz a artesã, de 49 anos.

Feiras. No fim e no começo do ano letivo, colégios particulares fazem feiras de troca e doações

de materiais escolares. No Colégio Santa Cruz, no Alto de Pinheiros, zona oeste, a ação foi em dezembro e será retomada entre os dias 20 e 23.

Já no Colégio Santa Maria, no Jardim Marajoara, zona sul, houve um brechó de uniformes no mês passado.

## PRESTE ATENÇÃO...

### Lista não deve ter item coletivo

**1. Sem desperdício.** Antes de ir às compras, verifique quais produtos da lista já tem em casa e se estão em condição de uso, evitando compras desnecessárias.

**2. Rodízio.** Promover a troca entre alunos também garante economia. Livros do filho mais velho podem passar ao mais novo.

**3. Uso coletivo.** Na lista de material escolar, os colégios não podem exigir

a aquisição de qualquer material escolar de uso coletivo, como materiais de escritório, de higiene ou limpeza.

**4. Na lupa.** Antes de ir às compras, faça pesquisas em estabelecimentos físicos e online. Procure participar também de feiras de troca de materiais escolares e de livros organizadas pelas próprias escolas.

**5. Todos juntos.** Alguns estabelecimentos oferecem desconto para compras em grande quantidade. Então, pode ser interessante fazer compras coletivas.

Participar de grupos de pais nas redes sociais ajuda a organizar as demandas.

**6. Forma de pagamento.** Vale a pena verificar se o estabelecimento pratica preços diferentes de acordo com a forma de pagamento (dinheiro, cheque, cartão de débito ou crédito).

**7. Diálogo.** Se for levar os filhos, converse com eles antes de sair às compras e explique quanto poderão gastar. Caso contrário, será difícil não ceder aos desejos deles e gastar mais do que o planejado.

**Para bons entendedores.../** A declaração do presidente sobre o fim do que ele chamou de “kit gay” foi vista como uma reafirmação da permanência de Abraham Weintraub no cargo de ministro da Educação.

ENTREVISTA / ARNALDO LIMA »**Saídas para o rombo no Fies**

*Secretário de Ensino Superior do MEC confirma que mais de 700 mil estudantes estão devendo ao financiamento e que o governo busca solucionar a inadimplência*

» RAFAELA GONÇALVES\*

Cerca de 725 mil jovens estão inadimplentes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em entrevista ao CB.Poder, uma parceria entre a TV Brasília e o Correio Braziliense, o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Lima, afirmou que a dívida já representa 50% do valor destinado à carteira, que é de R\$ 110 bilhões. Mas, conforme adiantou, 1,5 milhão de estudantes já está em fase de amortização da dívida.

O MEC mudou algumas regras do Fies e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) e uma das principais é a que garante a flexibilização da renegociação. A ideia é diminuir o número de inadimplentes.

Além das novas regras, o secretário também falou sobre o Future-se, que está em consulta pública, e outros temas. A seguir, trechos da entrevista.

***O que o governo tem feito para sanar o rombo do Fies? São 500 mil devedores?***

Os números são ainda piores.



"Vamos introduzir um método chamado 'pagamento contingente à renda': (...) quando estiver desempregado, não paga; quando estiver empregado, a gente desconta do salário o que deve"

Temos 725 mil jovens em situação de inadimplência, fruto de um crédito que teve taxas não tão boas para o estudante, um prazo e uma flexibilidade para pagamento. Agora estamos flexibilizando, fazendo uma renegociação, permitindo que esses estudantes saiam da dívida e possam prestar um concurso público, financiar sua casa própria. Para isso, vamos introduzir um método chamado "pagamento contingente à renda", que significa: pague se puder, quando puder. Quando estiver desempregado, não paga; quando estiver empregado, a gente desconta do salário o que deve. Na prática, hoje a carteira do Fies está em R\$ 110 bilhões de reais.

***A dívida chega a quanto?***

50% deste valor, mais ou menos, porque tem uma parte que ainda está em fase de utilização, não está na fase de amortização. Na de

amortização, são 1,5 milhão de estudantes. Desses, 725 mil estão inadimplentes.

***Seriam quase R\$ 12 bilhões em atraso?***

É um valor superelevado. Na prática, estamos dizendo que o que a gente gastou com o Fies e com sua inadimplência foi o equivalente ao que a gente gasta no ano com as universidades públicas, que têm uma qualidade melhor do que muitas das privadas. É preciso comparar esses dados para a gente ter uma alocação mais eficiente dos recursos. O que a gente quer é a redução das taxas de insucesso e, acima de tudo, aumentar as taxas de empregabilidade dos nossos alunos.

***O que muda no Fies? As inscrições começam em 5 de fevereiro e deve atingir 100 mil estudantes.***





Nada muda neste primeiro semestre. Os aperfeiçoamentos que fizemos, em dezembro, se aplicam, a princípio, ao segundo semestre de 2020. Fizemos algumas mudanças: a primeira delas é cobrar essa dívida de forma judicial para quem tem 360 dias de inadimplência. Criamos critérios para as pessoas não ficarem mudando de curso o tempo todo; isso culminou com aquela operação da Polícia Federal na Universidade Brasil, onde o estudante entrava em um curso e depois mudava para medicina. Agora, para mudar de curso, tem que ter uma nota igual ou maior que a menor nota daquele curso. Exigimos também agora uma nota mínima de 400 pontos na redação, a partir de 2021. O que a gente quer é que o aluno não tenha só o diploma, que ele adquira a excelência do conhecimento.

***O senhor disse que já está tendo uma renegociação. O que é preciso fazer?***

Estamos implantando esse sistema que vai dar mais flexibilidade para o aluno, que chamei de “pagamento contingenciado”. É uma espécie de consignado. Quando implantarmos esse sistema, cuja possibilidade é de ser no primeiro semestre desse ano, vamos começar a fazer a renegociação.

***Mas essa renegociação vai ter um prazo, um parcelamento?***

Parcelamentos, redução de taxa de juros, possibilidade de desconto no pagamento antecipado. Têm várias formas.

***Pelos índices do IBGE, a população de 19 até 24 anos é a***

***que mais sofre com o desemprego: chega a 27% da média nacional, que é 11,2%. Como resolver?***

As taxas de desemprego para jovens são mais altas do que qualquer outra idade, em qualquer país do mundo. Nossa taxa de desemprego, nessa idade, em relação aos outros países, é mais elevada. Porém, quando se olha a taxa de desemprego por nível de instrução, é uma das menores. O Brasil é um dos que tem maior prêmio estudantil, que é o “efeito diploma”: faz com que o salário saia de R\$ 1,8 mil para mais de R\$ 3,8 mil. Esse prêmio é que incentiva nossos jovens a buscarem o nível superior.

***Como está o Future-se?***

Em consulta pública até o dia 24, e já está deixando um legado para a nossa sociedade. Estamos colocando a educação como centro do desenvolvimento econômico e social. A gente formou com um grupo de trabalho com especialistas para falar quais são as barreiras para projetos de empreendedorismo, de inovação. Absorvemos todas as críticas. A ideia é que a gente mande o Future-se no início da sessão legislativa, em 2 de fevereiro.

***Uma das maiores críticas ao Future-se era a perda de autonomia dos reitores. Isso está sendo corrigido?***

A gente nunca feriu a autonomia, até porque a autonomia da universidade está resguardada na Constituição. Temos que vender projetos para os investidores estrangeiros para trazer recursos adicionais. O programa é facultativo, a gente não tem a ambição de que

seja unânime. Mas, com o tempo, todo mundo participará.

***Como é que o senhor avalia a qualidade das universidades brasileiras? Há uma crítica do ministro (Abrahan Weintraub) de que as universidades públicas viraram palco de esquerdistas, de drogados.***

O ministro é professor universitário. Somos a oitava economia do mundo, não temos uma universidade entre as 200 nos rankings internacionais e pioramos no Pisa. Da mesma forma que nos criticaram em relação ao Future-se, também tem que pegar as críticas que o ministro faz no sentido de melhorar o resultado que temos.

***O governo está planejando tratar com mais carinho o professor?***

A gente precisa atrair os melhores alunos para se tornarem professores, resgatar esse valor da formação docente. No caso da formação universitária, tem esse reconhecimento da sociedade, mas não tem na formação primária. Um professor titular, em final de carreira universitária, ganha cerca de R\$ 20 mil, trabalha oito horas por semana e tem um período para pesquisar. Já um de educação básica trabalha 40 horas e ganha um salário médio de mais ou menos R\$ 2,5 mil. Há uma inversão de valores. Se você olha a Coreia (do Sul), não faz isso, o Japão não faz isso. Isso precisa ser reformulado.

\* Estagiária sob supervisão de Fabio Grecchi

## Weintraub: "limpada boa" nos didáticos

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou que o governo vai mudar os livros didáticos a partir de 2021, como antecipou Jair Bolsonaro, na última sexta-feira. Em live para anunciar as ações da pasta em 2019, no Palácio do Planalto, ao lado do presidente, disse que o governo deu "uma limpada boa" e que "saiu muita porcaria". Mas, segundo ele, outros livros de que "a gente não gosta" perderão os contratos.

Semana passada, Bolsonaro criticou os livros didáticos atuais, classificados por ele como "lixo". Também anunciou que o governo deve, a partir de 2021, "suavizar" a linguagem das obras por considerar que os livros têm "muita coisa escrita". Weintraub admitiu que isso ocorrerá, mas sem dar prazo, respeitando os contratos.

"O que existe, ainda, são alguns livros, daqueles que a gente manda, são contratos. (Os críticos) começaram falando que (o governo) não vai respeitar as leis, cumprir a Constituição. Justamente o oposto. Vamos respeitar as leis, os contratos foram assinados. A gente já deu uma limpada, uma boa limpada, já saiu muita porcaria, mas ainda vai (sic) alguns que a gente não gosta", afirmou.

As mudanças dos livros didáticos, além de outras ações, visam tirar a educação brasileira do "fundo do poço", no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). "O fundo do poço ficou em 2018. O senhor vai marcar já a reversão disso. Não dá para colocar em primeiro lugar a América do Sul ainda, porque estamos em último, mas vamos sair do fundo do poço", disse o ministro.

O objetivo do governo é produzir livros supostamente sem ideologia. Na sexta, Bolsonaro disse que o governo deve buscar fazer com que a "gartada" tenha um ensino que possa ser útil, sem "ficar nessa história de ideologia". E, ontem, o presidente reforçou a ideia.

"Ideologia de gênero não é para ser discutido lá (nas escolas). O pai quer que o filho seja homem, e a filha seja mulher", sustentou. Weintraub endossou. "Quem educa é família, escola ensina. A gente espera que a família eduque as crianças".

O ministro da Educação disse, neste governo, "sai o kit gay e entra a leitura em família", ao fazer referência ao "Cantinho Conta pra Mim" — programa com orçamento de R\$ 45 milhões, em 2020, para a criação de cinco mil espaços em

creches, pré-escolas, museus e bibliotecas para receber as crianças, e ensinar os pais a praticar as técnicas de literacia em casa.

"Um dos símbolos maiores é a família e temos nossa mascote. Sou fã do Tito, que busca valorizar o papel da família com as crianças pequenas nesses primeiros momentos. Sai o kit gay e entra a leitura em família".

Paulo Freire

Bolsonaro, por sua vez, voltou a fazer críticas ao educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira. "Qual o resultado da educação direcionada pelo (ex-presidente) Lula? O Brasil é o último lugar (do Pisa) na América do Sul. E quem é o patrono? Paulo Freire. Não deu certo. temos que reconhecer que não deu certo".

Weintraub acrescentou que o modelo de Paulo Freire não propôs aos alunos um sistema pautado nas experiências, diferentemente do que a atual gestão propõe. "Prova científica é evidência empírica. O que vimos depois de 20 anos? O Brasil é o último no Pisa. Todos que usam métodos não científicos estão ruins no Pisa".

## VOLTA ÀS AULAS »

### Lista de material mais em conta

Livros didáticos usados são uma saída para brasilienses que querem gastar menos nas compras do ano letivo de 2020. No ramo das papelarias, os preços devem ter reajuste de até 3,5%, e a estimativa de crescimento para o setor é de 5%

» WALDER GALVÃO



Sebos compram e vendem material usado por estudantes em anos anteriores

O início do ano letivo costuma movimentar o comércio do Distrito Federal. Desde o fim de 2019, o número de clientes cresce em papelarias e livrarias. Entretanto, o preço, principalmente dos livros didáticos, intimida o brasiliense. Aqueles que procuram economizar um pouco mais encontram nos livros usados uma saída para poupar dinheiro e reaproveitar o material. Por isso, os sebos são alvo de muitos consumidores.

Segundo Aritana Rodrigues, vendedora de um sebo em

Taguatinga, conta que, por causa do pagamento do 13º salário, a movimentação de pessoas no estabelecimento cresceu desde novembro. “Temos procura o ano inteiro, não apenas dos didáticos, mas dos literários também. Porém, até março, os clientes devem vir mais”, afirma. O lugar recebe doações das obras, além de comprar e vender os itens usados por estudantes em anos anteriores.

De acordo com Aritana, um livro de segunda mão pode custar até menos da metade do valor de mercado. “Neste ano, por exemplo, temos didáticos que custam R\$ 200 nas livrarias. Aqui, você encontra por R\$ 80. É uma grande economia”, garante. De acordo com ela, a clientela adepta a itens usados cresce a cada ano e é de regiões diversas. “Temos clientes que vêm de Sobradinho, Brazlândia e até do Entorno, como Valparaíso (GO) e Cidade Ocidental (GO)”, exemplifica.

Na tentativa de economizar, a pedagoga Gislene Batista, 45 anos, comenta que, neste ano, vai à procura de livros usados para a filha. “Minha menina saiu do sétimo para o oitavo ano. Conseguimos comprar três obras, mas ainda estamos tentando vender as do ano passado. Já temos a de gramática, um livro paradidático e um dicionário”, detalha. Ela ressalta que os didáticos

são os mais difíceis de encontrar, mas que geram uma boa economia. “Se eu fosse comprar tudo novo, gastaria cerca de R\$ 2,5 mil. Até agora, comprei três livros por R\$ 100, e o restante que falta deve sair por bem menos do que o orçamento padrão”, prevê. Ela opina que os pais devem incentivar os filhos a conservarem os livros, para que outras pessoas possam usar.

Ressalvas

O Sindicato de Papelarias e Livrarias do DF (Sindipel) recomenda os sebos como uma alternativa para economizar. Entretanto, o presidente da entidade, José Aparecido da Costa Freire, destaca que os consumidores devem ficar atentos para não comprarem o material errado. “A edição sempre deve ser verificada. Os livros podem ser reformulados, e capítulos são inseridos. Quem opta por livros antigos corre o risco de ter de comprar novamente.”

Outra dica é os pais olharem a capa, porque ela sempre é atualizada quando ocorrem reformulações. Quem compra na internet deve dobrar a atenção, porque os sites podem não mudar o material. “São cuidados necessários que os pais precisam ter. Livros didáticos são produtos caros, e o pai ter que comprar duas vezes é muito doloroso”, informa José Aparecido.





Quem trabalha em sebos também precisa ficar alerta na hora da comercialização do material. Helena Alves é dona de um quiosque de livros usados em Taguatinga. De acordo com ela, na hora da compra e das doações, a edição do livro sempre é verificada para que não ocorram erros. “Já temos muita gente procurando nosso comércio desde dezembro. A expectativa é de que as vendas aumentem ainda mais até março”, diz.

## Incremento no ramo de papelerias

Em 2020, o Sindipel destaca que um dos grandes incrementos no comércio de papelerias do Distrito Federal será ocasionado pelo Cartão Material Escolar. O benefício deve injetar cerca de R\$ 20 milhões nos estabelecimentos da capital. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, responsável pelo benefício, o número de pais contemplados com o item passou de 65 mil em 2019 para 80 mil neste ano. “Isso simboliza que, apenas com esse recurso, ocorrerá o crescimento de 21% no valor gasto com material escolar”, informa José Aparecido.

Além do cartão, o presidente do Sindipel estima que o crescimento real do mercado de materiais escolares no Distrito Federal deve ser de 5% em 2020. “Fizemos pesquisas e avaliamos o mês anterior, que é quando começa o período de compra letiva. Ele termina em fevereiro, e a expectativa de crescimento até a data está muito positiva”, acredita.

Sobre os preços dos materiais neste ano, o sindicato esclarece que, como a inflação estava baixa, os valores terão reajuste de 3% a 3,5%. “É uma correção muito baixa. Porém, alguns produtos importados, em função da variação cambial, podem ficar um pouco mais caros,

principalmente para quem comprou no fim do ano”, afirma. Para economizar, José Aparecido orienta que os pais façam ao menos três orçamentos e não deixem para a última hora, porque o excesso de demanda pode impactar nos preços.

Gerente de uma papelaria em Taguatinga, Zenaide Pereira Silva, 61, também conta com o incremento do Cartão Material Escolar para aquecer as vendas. De acordo com ela, mesmo que o benefício ainda não tenha sido pago, os pais já começaram as compras desde novembro, após o pagamento da primeira parcela do 13º salário. “Algumas pessoas que viajam preferem já deixar as compras adiantadas. A nossa expectativa é positiva, e a tendência é de que o movimento cresça ainda mais”, garante.

### Até R\$ 320

Estudantes de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família têm direito a um cartão para compra de material escolar de até R\$ 320, a depender do nível de ensino. Empresários que desejam se habilitar no programa devem se registrar até esta sexta-feira. O credenciamento é feito no Simplifica PJ, QI 19, Lotes 28 a 32, em Taguatinga.

Com Walmor Parente (DF), Beth Paiva (RJ) e Henrique Barbosa (PE)  
reportagem@colunaesplanada.com.br



## FUNDEB PODE SER EXTINTO

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que bancou R\$ 156 bilhões (65% do total) dos R\$ 248 bilhões investidos nas escolas públicas do país no ano passado, perderá a validade em 31 de dezembro de 2020. Implementado há 14 anos, o fundo é abastecido por parte dos tributos arrecadados pelos estados – como o Imposto sobre Circulação de Bens e Mercadorias (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A União entra com apenas 10% do valor do fundo. O dinheiro é destinado aos estados que não alcançam um valor mínimo por aluno.

### PEC

Propostas que prevêem a manutenção e mudanças no Fundeb patinaram nos últimos anos no Congresso. Uma delas, Proposta de Emenda à Constituição (PEC 15) tramita há quatro anos e ainda está sendo discutida em uma comissão especial.



CÂMARA

### União

A relatora PEC, Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO/foto), sugere a ampliação da participação da União: dos 10% atuais para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031.



## Capex oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

Prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março

Por Agência Brasil\* Brasília

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica. O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Residência Pedagógica é uma das ações da Capes que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura. O PIBID

permite experiência semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O presidente da Capes, Anderson Correia, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos. "Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros", afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PIBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma Capes de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

\* Com informações do Ministério da Educação

## Bolsonaro atribui a benefícios novos rombo no Bolsa Família

Talita Fernandes

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) culpou o aumento do número de beneficiários do Bolsa Família pelo remanejamento de recursos da Previdência para pagar o 13º salário do programa.

“Vocês estão loucos para que eu desse um corte no Bolsa Família. Deve ser isso. Atendemos o Bolsa Família. Deve ter havido remanejamento, tudo de forma legal, sem problema nenhum”, disse ao sair do Palácio da Alvorada, nesta terça-feira (7).

Apesar da declaração do presidente, a cobertura do Bolsa Família cai na gestão Bolsonaro. Em dezembro, foi a menor do ano passado: 13,1 milhões de famílias atendidas.

O presidente reconheceu que há falta de recursos para pagar o benefício, que foi promessa sua de campanha, e culpou o ingresso de novos beneficiários. “Nós estamos buscando a maneira de trabalhar melhor na questão do Bolsa Família para evitar que entrem com tanta facilidade sem filtro muitas pessoas.”

Quando era candidato, Bolsonaro não dizia de onde

tiraria o dinheiro para pagar o 13º salário, mas afirmava que a realização de um pente-fino no programa seria suficiente para cobrir a despesa.

“O maior problema não é o pente-fino que é feito regularmente, é a quantidade de municípios que... Tem que ter um mecanismo para punir aqueles que estão na ponta da linha e que simplesmente vão botando para dentro do Bolsa Família sem nenhuma responsabilidade.”

Quando lhe foi perguntado se o pente-fino não foi suficiente, ele respondeu que “a entrada de água está sendo menor do que os buracos que têm ainda no programa”.

Como mostrou a Folha nesta terça, para conseguir pagar a 13ª parcela, o governo teve de usar parte da verba que estava prevista para aposentadorias e pensões.

Em mais um capítulo dos problemas enfrentados sob comando de Bolsonaro, o programa social precisou de dinheiro às pressas para evitar que famílias ficassem desamparadas. Foi necessário remanejar o Orçamento no fim de 2019 e, assim, retirar recursos de outras áreas.

Sem o aumento dos repasses ao programa, 1 milhão de famílias poderiam ficar fora da cobertura em dezembro, que incluiu também o 13º.

Até parte do dinheiro que estava reservada para a Previdência Social foi alvo do corte. O Ministério da Economia confirmou o remanejamento dos recursos.

O governo considerou que gastaria menos com benefícios previdenciários em 2019 por causa do combate a fraudes, mas também em razão do atraso do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para responder a pedidos de aposentadorias e pensões.

Essa demora vem prejudicando idosos que aguardam uma reposta do INSS. Com esse represamento na análise, houve uma folga no orçamento da Previdência.

O Bolsa Família atende pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178. O benefício médio é de R\$ 191,08.

## Weintraub retalia Maia por controle de fundo bilionário

Paulo Saldaña  
BRASÍLIA

A troca no comando do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) promete elevar a tensão entre o governo Jair Bolsonaro e o Congresso. Um aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi demitido da função.

A saída de Rodrigo Sergio Dias da presidência do órgão é uma manobra para manter sob o controle do ministro da Educação, Abraham Weintraub, o orçamento bilionário do fundo.

A mudança tem relação com a aprovação no Congresso de um projeto que alterou o Orçamento de 2020.

O texto tirou do MEC o poder de execução e de bloqueios de recursos do FNDE.

O órgão passou a ter tratamento equivalente ao de ministérios “durante a execução orçamentária e

para fins de limitação de empenho e de movimentação financeira”. Ou seja, o FNDE agora tem autonomia sobre o orçamento tanto quanto o MEC. Com isso, em eventual contingenciamento, não caberá à pasta definir quanto poderá congelar do fundo, que terá definições vindas da área econômica.

O fundo atua em todos os municípios do país. O órgão financia a construção e reformas de escolas e quadras, a compra de veículos de transporte escolar e a aquisição de material didático. Por isso, seu comando sempre foi alvo de assédio político.

Dias chegou ao FNDE um dia após a aprovação da reforma da Previdência. Ele assumiu o cargo no fim de agosto, com o respaldo de Maia e de partidos como DEM e PP.

O ex-presidente do fundo trabalhava mais articulado com parlamentares do que com Weintraub. A relação entre ele e o ministro era protocolar e distante.

Congressistas interpretam o gesto do governo de demiti-lo como uma retaliação.

Em 18 de dezembro, Bolsonaro sancionou o chamado PLN 51 (Projeto de Lei do Congresso Nacional), que estipulou as mudanças na organização orçamentária.

Na pasta, a avaliação é de que, sem o controle dos R\$ 55 bilhões do FNDE, só sobrariam nas mãos de Weintraub recursos comprometidos com as universidades, com o projeto de alfabetização —que até agora não decolou— e com as escolas cívico-militares.

O ministro, com isso, preferiu enfrentar Maia e partidos com bancadas expressivas para manter uma margem maior de manobra no orçamento da pasta.

No dia 27, a exoneração de Dias foi publicada em edição extra no Diário Oficial. Ele não fora avisado





da decisão.

A demissão ocorreu durante o recesso parlamentar para evitar uma reação imediata do Congresso.

“Causou estranheza a decisão sobre o FNDE, e ainda vamos entender o significado disso”, disse o deputado Cacá Leão (PP-BA), relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e também do PLN 51.

A Folha tentou contato com Dias, mas não obteve resposta. Em nota, o MEC afirma que a troca na presidência do fundo atende a critérios técnicos.

Um outro episódio de atrito também pesou na demissão: a decisão de Dias de revogar um edital de R\$ 3 bilhões, lançado com suspeitas de irregularidades, que já havia causado desconforto no MEC.

A concorrência, para a compra de computadores para escolas, foi

publicada em 21 de agosto —entre o anúncio de Dias para o cargo e a nomeação de fato, no dia 29.

Além disso, nos bastidores, deputados passaram a apostar na saída de Weintraub do ministério.

Bolsonaro, contudo, fez uma transmissão nas redes sociais nesta terça-feira (7) em que indicou a permanência do ministro. “Você cresceu”, disse ele, ao mencionar reportagens que citavam avaliações negativas de Weintraub.

O conflito deve aumentar. Ao demitir Dias, Weintraub ainda frustrou a nomeação de novas indicações políticas na pasta.

A nova presidente do FNDE, Karine Santos, por exemplo, era diretora de Ações Educacionais do órgão. O posto de Santos havia sido prometido a uma indicação do MDB ou do PRB.

Santos é funcionária de carreira

do FNDE, mas se alinhou ao ministro. Ela é próxima de Maria Fernanda Bittencourt, secretária-executiva-adjunta do MEC. Nesse embate, Santos foi promovida.

Pela lei, um ministério é identificado como órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional e cuja finalidade é agrupar as chamadas unidades orçamentárias. O FNDE era uma unidade orçamentária.

Ganharam também status de órgão orçamentário a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Todos eles também são comandados por indicações políticas. Com orçamentos menores, não houve mudanças na direção desses órgãos.